

## Auditoria às contas do Fundo de Reabilitação e Conservação Patrimonial (2023)

### SÍNTESE DE RESULTADOS

A auditoria ao Fundo de Reabilitação e Conservação Patrimonial (Fundo) foi realizada com a finalidade de verificar se os documentos de prestação de contas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a sua posição financeira em 31/12/2023 e o resultado das suas operações no exercício findo naquela data. De acordo com o exame efetuado e o exercício do procedimento de contraditório, as conclusões e recomendações são, em síntese, as seguintes:

#### 1. Principais conclusões

<b>Parecer favorável sobre as demonstrações financeiras de 2023, exceto quanto ao registo dos subsídios concedidos</b>	1.1. Exceto quanto ao registo dos subsídios concedidos, as demonstrações financeiras apresentam, de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do Fundo em 31/12/2023 e o resultado das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas de Contabilidade Pública do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP).
<b>Sobrevalorização do Património Líquido em 1,4 M€</b>	1.2. O registo dos subsídios concedidos numa ótica de caixa, em detrimento do regime do acréscimo, como preconizado pelo SNC-AP, resultou na subvalorização das contas <i>Outras contas a pagar</i> (9 M€), <i>Gastos diferidos</i> (7,6 M€) e <i>Transferências e subsídios concedidos</i> (1,4 M€), com o <i>Património líquido</i> a estar sobrevalorizado em 1,4 M€.
<b>Sobrevalorização de compromissos a transitar em 894 mil euros</b>	1.3. Os compromissos a transitar, evidenciados na Demonstração de Execução Orçamental da Despesa, encontram-se sobrevalorizados em 894 mil euros.
<b>Incumprimento do prazo legal para aprovação e prestação de contas</b>	1.4. A Comissão Diretiva ultrapassou os prazos legais para a aprovação e envio à IGF dos documentos de prestação de contas de 2023.

#### 2. Principais recomendações à Comissão Diretiva do Fundo de Reabilitação e Conservação Patrimonial

<b>Medidas visando a adequação ao referencial contabilístico, atempada prestação de contas e melhoria de funcionamento do Fundo</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>a) Garantir o adequado registo dos compromissos do Fundo, por forma a refletir fidedignamente as responsabilidades assumidas.</li> <li>b) Promover o cumprimento dos prazos definidos para a prestação de contas do Fundo.</li> <li>c) Diligenciar a divulgação informação fiável e completa da atividade do Fundo.</li> <li>d) Implementar uma monitorização mais eficaz dos registos dos processos.</li> </ul>
---	---

**Seguimento:** a entidade auditada aceitou as recomendações formuladas e o prazo de execução para a sua implementação.

(Relatório n.º 55/2025, homologado pelo Despacho n.º 496/2025, de 27 de outubro, de S. Exa. o Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças).